

O PROCESSO DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joyce Kellen Frigo Freitas¹

Orientadora: Dr^a Ivone Pingoello²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o processo de letramento e alfabetização na Educação Infantil com base na Teoria Histórico-Cultural a fim de pensarmos diferentes formas sobre o processo de alfabetização e como desenvolveu-se esse mundo da escrita. Para isso usamos a pesquisa bibliográfica e análises qualitativas de conteúdo na intenção de ampliação dos conhecimentos a partir de novas reflexões sobre a temática específica. O processo de letramento na fase inicial da vida é algo novo para a criança, no qual, ela tem sede de descobrir o significado de cada letra e número que ela tem contato desde o momento em que nasce. Os estudos nos fez compreender a necessidade de atividades na Educação Infantil que propiciam o letramento e que desenvolvam habilidades que darão suporte para posterior alfabetização e uso social da leitura e escrita.

Palavras-chave: Educação Infantil. Letramento. Teoria Histórico-Cultural.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the process and literacy in Early Childhood Education based on Historical-Cultural Theory in order to think different ways about the process of literacy and how this world of writing has developed. Therefore, the bibliographical research and qualitative content analysis in the intention of expanding knowledge from new reflections on the specific theme. The letter process in the initial phase of life is something new for a child, without which, she is thirsting to discover the meaning of each letter and number that is the subject of contact from the moment she is born. What is what is what is what is what is what is what is what is what you mean, is what is what is what you want to say.

Keywords: Early Childhood Education. Literature. Historical-Cultural Theory.

1. INTRODUÇÃO

Cursar o Magistério no Ensino Médio proporcionou a atuação profissional na Educação Infantil e, ao longo de três anos de exercício da profissão, a prática promoveu a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre o letramento

¹ Acadêmica do curso de pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professora orientadora do trabalho de conclusão de curso (DTP-UEM).

na Educação Infantil. Na graduação, o contato com as teorias pedagógicas ampliou as reflexões e apontou a direção para práticas de letramentos fundamentadas em uma complexa rede de teorias que embasam o processo de formação para o trabalho na Educação Infantil, cada qual com suas especificidades e metodologia. Dentre as teorias analisadas, a Teoria Histórico-Cultural apresentou bases sólidas e eficazes na promoção da formação para humanização, princípio básico da Educação Escolar. Por conta desse e de outros aspectos, escolhemos a teoria Histórico-cultural como base para atender o objetivo dessa pesquisa que é analisar os processos de letramento na Educação Infantil. Para isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica e análises qualitativas de conteúdo na intenção de ampliação dos conhecimentos a partir de novas reflexões sobre a temática específica. Nesse caminho, num primeiro momento, apresentamos a Teoria Histórico-Cultural; seguimos com a contextualização dos trabalhos na Educação Infantil; na sequência, abordamos o tema alfabetização, seguido do Letramento e nossas considerações finais. Procuramos fundamentar o pensamento e linguagem da criança nessa fase inicial da vida para posteriormente entendermos o processo de alfabetização e o desenvolvimento da escrita.

Muito se discute sobre a melhor forma de letrar, sempre há problemas e soluções a serem discutidas para melhorar o ensino dos/as alunos/as. Para que a melhoria na qualidade de ensino aconteça, os/as profissionais da educação infantil têm a função de pensar teórica e cientificamente o planejamento a fim de direcionar, organizar e realizar práticas pedagógicas isentas do senso comum.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, definida como primeira etapa da Educação Básica, se constituiu como dever do Estado e direito de todas as crianças a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº. 9394/96 (BRASIL, 1996). Seguindo orientações dessa lei, em 1999, foram elaboradas, pelo Conselho Nacional de Educação, as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) revisadas, posteriormente, pela Resolução CNE/CEB nº. 05/2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). O currículo da Educação Infantil está em fase de reestruturações a partir da construção da Base

Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), documento que visa nortear a organização atual dos currículos da Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Médio.

Esse novo documento, a BNCC, reforça a dissociação do ato de cuidar ao de educar, ou seja, é reforçada a Educação Infantil como uma fase importante do desenvolvimento da aprendizagem, respeitadas as singularidades infantis e a necessidade do ato de cuidar. O/A aluno/a dessa fase de escolarização passa a ser reconhecido como ser que “[...] observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social [...]” (BRASIL, 2017, p. 34). Fato que evidencia a necessidade de planejamentos para as práticas educativas, desvinculando a ideia de que o brincar na Educação Infantil é mera ocupação das crianças e transformando o lúdico em instrumento catalisador das potencialidades de aprendizagem das crianças.

A defesa em prol da Educação Infantil vêm estabelecendo nova maneira de educar e cuidar das crianças pequenas, buscando promover educação em sua totalidade, visto que é o processo inicial educativo da formação humana. Vale ressaltar que a criança chega às instituições escolares com valores formados, conhecimentos prévios desenvolvidos e disposição para a aquisição de novos conhecimentos, desde o movimentar-se, alimentar-se, participar de atividades pedagógicas intencionadas e construir relações sociais para além dos familiares.

A partir da definição da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e direito social da criança, há exigência de reflexões acerca da reorganização das instituições desse nível de ensino, cujo fundamental situa-se na revisão das concepções de infância, tempo, espaço e ludicidade, com vistas à organização de vivências e intervenções pedagógicas que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento cultural pleno das crianças. (LIMA, 2015. p. 29).

A revisão da concepção de infância promove a revisão de concepções de ensino na Educação Infantil que passa a contribuir para a ampliação cultural da criança. Por isso, a BNCC coloca como direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil o conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (BRASIL, 2017). Essas atividades proporcionarão o desenvolvimento em diferentes aspectos, como o lado afetivo e as interações sociais, o desenvolvimento

da cognição e a ampliação do domínio e uso do corpo. Cabe destacar que, nessa primeira etapa da Educação Básica, não se utiliza processos avaliativos, mas registra-se as observações dos progressos diários a fim de acompanhar o processo de aprendizagem e documentar a história da vida escolar da criança.

Para que as atividades lúdicas pedagógicas atendam aos objetivos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, é necessário que os espaços sejam organizados a fim de oferecer oportunidades de exploração, descobertas, interações com o grupo e com instrumentos que geram enredos de narrativas criativas, de desenvolvimento da imaginação e da criação. São situações que vão ampliar os campos de experiências, as quais são orientadas a partir do trabalho com o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita; espaços, tempos, quantidade, relações e transformações (BNCC, 2017).

No campo oralidade e escrita, as orientações da BNCC é de que as atividades sejam voltadas para a ampliação do vocabulário, enriquecimento dos recursos comunicativos e o desenvolvimento de estruturas linguísticas mais complexas, entre outras. O contato com textos variados, o uso da literatura infantil e reconhecimento dos gêneros textuais possibilitarão o reconhecimento dos diferentes usos sociais da escrita. Nesse aspecto, o letramento se faz presente, pois é no trabalho com as possibilidades e usos sociais da leitura e da escrita que reside a habilidade de ler o mundo. É nesse convívio com o letramento que se construirão a base para a alfabetização na medida em que a criança compreende que a leitura e a escrita representam a ampliação das possibilidades de comunicação e participação ativa no mundo letrado.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO CULTURAL

A Teoria Histórico Cultural apresenta que a criança se humaniza por meio da educação e vai adquirindo experiências ao longo da vida nas relações sociais. Tais relações devem ser pensadas com a proposta de promoção de qualidades e habilidades essenciais ao convívio social, como a comunicação, por exemplo.

Assim como no reino animal, para o ser humano pensamento e linguagem têm origens diferentes. Inicialmente o pensamento não é verbal e a linguagem não é intelectual. Suas trajetórias de desenvolvimento, entretanto, não são paralelas - elas cruzam-se. Em dado momento, a cerca de dois anos de idade, as curvas de

desenvolvimento do pensamento e da linguagem, até então separadas, encontram-se para, a partir daí, dar início a uma nova forma de comportamento. É a partir deste ponto que o pensamento começa a se tornar verbal e a linguagem racional. (VYGOTSKY, 2002, s/p)

Como explica referido autor, de acordo com as vivências, a criança se apropriará da linguagem verbal à medida que necessita se comunicar com o outro. A linguagem, então, passa a ser instrumental; quando, da dependência do outro e da necessidade de se comunicar, o bebê desenvolve meios de comunicação específicos para ser atendido por um/a adulto/a. Em fases posteriores de desenvolvimento, a criança imerge no mundo do faz-de-conta, momento em que ocorre o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e uso de instrumentos a fim de materializar as histórias inventadas relacionadas com a realidade vivida.

O momento de maior significado no curso de desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. (VYGOTSKY, 2008, p. 11).

No ato de brincar, o instrumento faz a mediação entre o mundo exterior e interior da criança e a fala emerge como meio de organização do pensamento. Dessa maneira, fica claro que a linguagem é indissociável da prática, pois, uma complementa a outra. A criança começa a monitorar o ambiente em que vive com a ajuda da fala. Para comprovar isso, Vygotsky realizou muitos experimentos e chegou à conclusão que “parece natural e necessário para a criança falar enquanto age.” (VYGOTSKY, 2008, p.12). Certifica-se então, que a fala e a ação promove o desenvolvimento das crianças no momento em que elas envolvem-se em situações de aprendizagem, utilizando-se de instrumentos como brinquedos e objetos simbólicos.

A aquisição da fala e a convergência das linhas de desenvolvimento do pensamento e da linguagem com a constituição do pensamento verbal; e a brincadeira de faz-de-conta ou “brinquedo simbólico” como mais um passo na direção do futuro pensamento abstrato. (TULESKI et al, 2015. p. 40).

Entende-se que a fase da aquisição da fala está associada ao pensamento, a criança irá desenvolver a fala a partir do momento que conseguir desenvolver o pensamento associado às atitudes. A brincadeira do faz-de-conta é uma momento

destacado por Vygotsky (2008) por ser uma fase de articulação entre as áreas da cognição responsável pela abstração e a realidade vivida, fatores necessários para a compreensão de códigos linguísticos da comunicação humana, entre eles o alfabeto, que é uma forma simbólica e abstrata de representação da oralidade.

Para que o processo da comunicação seja eficiente, há de se ter clara compreensão de seus mecanismo de atuação, incluindo a codificação e decodificação, os signos e seus significados, as estruturas da linguagem e do pensamento. Usamos a linguagem para comunicar-se e interagir, contar histórias e fatos passados e presentes, assim participamos da comunidade letrada. Na sociedade grafocêntrica, a alfabetização é o primórdio do desenvolvimento da sociedade, que tem na leitura e na escrita a base de sua estrutura social.

4. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A discussão sobre o melhor método de alfabetizar uma criança tem acompanhado o percurso histórico da alfabetização no Brasil. Frade (2007) relata que até a metade do século XIX, as pessoas foram alfabetizadas por meio do mesmo método, ou seja, por meio dos métodos tradicionais, exercícios mecânicos do sistema sintético de ensino. A partir dos pressupostos escola novistas e, posteriormente, com o advento da inclusão, a percepção de que nem todas as crianças aprendem da mesma forma fortaleceu os debates sobre as metodologias de ensino e o desenvolvimento da aprendizagem.

Frade (2007) esclarece que:

Na história dos métodos temos dois marcos fundamentais: aqueles métodos que elegem sub-unidades da língua e que focalizam aspectos relacionados às correspondências fonográficas, ou seja, o eixo da decifração e os métodos que priorizam a compreensão. Ambos têm como conteúdo o ensino da escrita, mas diferem em pelo menos dois aspectos: a) quanto ao procedimento mental, ou ponto de partida do ensino que se daria das partes para o todo nos métodos sintéticos e do todo para as partes nos métodos analíticos; b) quanto ao conteúdo da alfabetização que ensinam. (FRADE, 2007, p. 22)

Segundo a autora, em geral, os métodos sintéticos se iniciam das partes para o todo e os analíticos partem do todo para as partes. Os métodos sintéticos se subdividem em: o método alfabético, o método fônico e o método silábico. Frade (2007) relata que o método alfabético, também conhecido como método de soletração é um dos mais antigos e que se define por:

Decoração oral das letras do alfabeto, seu reconhecimento posterior em pequenas sequências e numa sequência de todo o alfabeto e, finalmente de letras isoladas. Em seguida decoração de todos os casos possíveis de combinações silábicas que eram memorizadas sem que se estabelecesse a relação entre o que era reconhecido graficamente e o que as letras representavam, ou seja, a fala. (FRADE, 2007 p. 22)

Decorar e memorizar letras sem som não foi eficaz para alfabetizar, é sugerido, então, o método fônico que possui características marcadas com o som das sílabas, o fonema, inicia-se com as vogais, posteriormente as consoantes usando a relação grafema-fonema. O mesmo autor explica também o método silábico, com foco na sílaba, método muito usado em cartilhas, que apresentam as famílias silábicas.

O segundo grupo de métodos são os analíticos, no qual também se subdividem em três tipos: método da sentenciação, método da frase, método global. Esses três tipos de métodos partem do todo para as partes, ou seja, busca compreender uma frase, um texto, levando o aluno a pensar sobre a escrita para conseguir escrever um texto, uma frase, uma palavra. Diante das fraquezas de cada método, decidiu-se por juntá-los e a alfabetização passa a ser orientada por um misto dos dois métodos (FRADE, 2007).

As opções didáticas no processo de alfabetização extrapolam a escolha de um ou outro método, pautando-se pelo modo como se compreende o sujeito da aprendizagem e o objeto de ensino – a linguagem escrita e seus usos sociais. Na década de 1970, recebem atenção, entre outros estudos sobre a aprendizagem e o desenvolvimento, os estudos dos autores soviéticos Vygotsky, Luria e Leontiev e com estes a perspectiva interacionista de ensino, aprendizagem e desenvolvimento, postulada pela teoria Histórico-Cultural que conceitua a linguagem como elemento essencial para a compreensão do funcionamento das funções superiores cerebrais, essa concebida como o resultado das conexões entre o desenvolvimento cognitivo e a atividade exercida pelos sujeitos no contexto histórico e cultural em que estão inseridos.

O desenvolvimento da linguagem promove a organização do pensamento e esse organiza as situações de aprendizagem conforme as experiências sociais. Conforme a teoria Histórico-Cultural, a partir da observação do mundo adulto, a criança começa a produzir conhecimentos a cerca do mundo da escrita.

Na verdade, em sociedades em que a escrita tem forte presença, a criança inicia seu processo de alfabetização muito antes de chegar à escola: esse processo tem início a partir do momento em que a criança começa a se relacionar com o mundo à sua volta, imersa em um ambiente marcado pela escrita, rodeada de pessoas que escrevem, que leem. Inicialmente, é um processo de alfabetização e letramento informal, assistemático, mas que já introduz a criança no mundo da escrita. (SOARES, 2010, p. 35)

O contato das crianças no mundo da escrita começa muito antes de entrar na escola, desde pequenas elas já estão no meio de letras, números e símbolos que fazem parte de sua história. Porém, elas ainda não têm noção da importância da escrita e a veem apenas como rabiscos. Segundo Vygotsky, Luria e Leontiev, (2001, p. 149) “A criança só está interessada em “escrever como os adultos”, para ela, o ato de escrever não é só um meio de recordar, para representar algum significado, mas um ato suficiente em si mesmo, um brinquedo.” Nessa fase a criança não sabe que a escrita exerce alguma função e precisa da mediação de um adulto para prosseguir nas descobertas sobre a escrita.

As primeiras grafias que a criança faz no papel, para lembrar-se de algo que foi dito, permaneceriam como meros rabiscos, não fosse a presença de outros sujeitos com os quais ela convive. Essa forma gráfica tem uma significação e pode ser fixada convencionalmente devido aos elementos histórico-culturais que condicionam a vida da criança. (COELHO, 2011, p. 59)

O interesse pela leitura e escrita é, então, mediado pelo ambiente social e se concretiza na escola a partir da mediação do/a professor/a. Portanto, a criança faz aquilo que atribui sentido a ela, sem se preocupar com o mundo exterior. Segundo Vygotsky (2008), para uma criança aprender a escrever ela precisa ter dois domínios básicos, o primeiro seria o domínio do pensamento por meio da linguagem, a organização estrutural da memória; o segundo acontece na junção dos gestos com a linguagem. O autor considera que a brincadeira do faz-de-conta é essencial para o desenvolvimento da linguagem escrita, pois com a estimulação da imaginação posteriormente a criança irá conseguir por em prática toda a criação de figuras abstratas, que é o caso das letras.

Coelho (2011, p. 65) sugere que o “segredo do ensino da linguagem escrita, de acordo com Vygotsky, reside na organização adequada para que essa transição se processe da maneira mais natural possível” e, em se tratando de criança da Educação Infantil, o ambiente natural dessa fase são as oportunidades lúdicas, os espaços organizados pedagogicamente com a finalidade de promover a aprendizagem sem romper com a naturalidade do brincar. Coelho (2011, p. 60) salienta que “[...] no processo de alfabetização é extremamente importante que o código escrito possa ser trabalhado com a criança de maneira intensa e fundamentalmente técnica”. Portanto, a autora valoriza a técnica, ou seja, é necessário que haja um método de ensino, que faz parte do planejamento do ambiente alfabetizador. O conhecimento dos caminhos metodológicos para alfabetizar é necessário a medida em que o/a educador/a da Educação Infantil irá trabalhar com o pré-requisitos da alfabetização.

Entende-se que, conforme a BNCC (BRASIL, 2007) o objetivo do trabalho pedagógico na Educação Infantil é o desenvolvimento da compreensão do mundo social, o reconhecimento de situações de interações sociais onde o eu, o outro e o nós faz parte das construções de significado. Esses fatores evidenciam que, na Educação Infantil, a BNCC sugere que sejam trabalhados os processos de letramento como elementos requisitados na alfabetização que deverá ocorrer em fases posteriores nos primeiros anos da Educação Básica. Portanto, cabe à Educação Infantil promover o desenvolvimento de habilidades que irão contribuir para a aquisição da compreensão dos processos de leitura e escrita.

5. O PROCESSO DE LETRAMENTO

Letramento e alfabetização são sinônimos e estão inteiramente ligados ao meio social em que a criança está inserida, seja por meio de uma música, de uma história, um desenho, entre outras formas de comunicação. Kleimam (1995) expõe que o letramento é considerado um conjunto de práticas sociais nas quais as pessoas envolvidas nessas práticas constroem a interação oral, sendo adquiridas inicialmente no cotidiano familiar. Kleimam (1995) define que:

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição apenas *um* tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (KLEIMAM, 1995, p. 19)

Como afirma Kleimam (1995), atualmente o letramento está associado não somente as formas de escritas e códigos da escola, mas também ao comportamento social do indivíduo em todos os âmbitos. Para a autora, não há um tipo de letramento, já que as crianças são letradas antes mesmo da entrada no mundo escolar a partir das vivências familiares, no contexto do trabalho dos pais, entre outras possibilidades.

Street (1984, apud KLEIMAM, 1995) define duas concepções de letramento: “modelo autônomo”, e outro que o contrapõe, o “modelo ideológico”. A característica de autonomia refere-se à escrita como um produto completo em si mesmo, livre do contexto de sua produção para ser interpretado, ou seja, o desenvolvimento da compreensão estaria na redação em si; o modelo de letramento *ideológico* destaca o aspecto cultural e das estruturas do poder numa dada sociedade. Portanto, entende-se que as práticas de letramento não são realizadas somente culturalmente, alguns poderes da sociedade estão envolvidos, como os poderes políticos, econômicos, na quais envolve-se a classe social dos indivíduos. Soares (2005) revela que:

para corresponder adequadamente às características e demandas da sociedade atual, é necessário que as pessoas sejam alfabetizadas e letradas, no entanto, há alfabetizados não letrados e também é possível haver analfabetos com certo nível de letramento (SOARES, 2005, p. 50).

Todavia, é necessário destacar que o indivíduo alfabetizado não é um indivíduo letrado, pois ele pode saber ler as sílabas, decifrar os códigos e não saber compreender um texto. Soares (2003, p. 3) expõe que “há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas, do indivíduo, do seu meio, do contexto social e cultural”. Desse modo, além de levar em consideração as particularidades de cada um no modo de aprender a leitura e escrita, deve-se contemplar a visão que o letramento não é somente leitura de letras e sim de todas as práticas sociais.

Conforme esclarece Lima (2015), na Educação Infantil, por se tratar de sujeitos que aprendem de forma específica, os trabalhos com o letramento deve ser proposto de forma lúdica e prazerosa. É válido indicar algumas orientações metodológicas relativas ao brincar, ao desenho, à narração de histórias e o trabalho com a literatura infantil. Na escola, são interessantes as atividades de cantinho de leitura, cantinho de faz de conta, baú de fantasias, fantoches para contação de histórias. E para ajudar no desenvolvimento da escrita, atividades que envolvem canções de ninar, palavras cantadas, canções de rodas, trava-línguas, entre outros, com isso, se torna uma prática de aprendizado significativo para a criança.

O brincar e os brinquedos são instrumentos naturais do mundo infantil, a função da criança é o brincar. Com esse pensamento, as práticas pedagógicas para o letramento na Educação Infantil deve ser planejada com a finalidade de unir o pedagógico ao lúdico de forma que a criança aprenda brincando.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a Teoria Histórico-Cultural, sobretudo as contribuições de Vygotsky, foi propício para o entendimento do letramento como práticas sociais, pois, como mencionado no decorrer de nossa pesquisa, a criança aprende e se desenvolve de acordo com suas vivências sociais.

Os estudos sobre o pensamento e a linguagem da criança nos fez entender que precisamos propiciar atividades na Educação Infantil que desenvolva habilidades que dão suporte para posterior alfabetização. É necessário essa relação com o uso de instrumentos para desenvolver a imaginação e aspectos cognitivos importantes.

As leituras sobre os métodos de alfabetização nos fez pensar nas práticas pedagógicas e nos trouxe reflexões sobre a necessidade de planejar, organizar e orientar-se por métodos científicos de ensino. O essencial é considerar todos os aspectos sociais de cada aluno/a, respeitá-los/as como seres humanos vindos de realidades culturais diferentes. Percebemos também que as práticas de atividades lúdicas é essencial para o desenvolvimento da aprendizagem nessa fase da Educação Infantil. Todo esse conhecimento é válido, pois, é apreciável e necessário

em nossa profissão. Foram momentos indispensáveis para refletir como melhorar a prática alfabetizadora e sua consequente utilidade no mundo letrado.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília, DF: Ministério da Educação, janeiro/2017. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Docemento-Final.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COELHO, Sonia Maria. **A alfabetização na perspectiva histórico-cultural.** Acervo digital. Universidade Estadual Paulista, UNESP/Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/alfabetizacao_perspectiva_historico_cultural.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

FRADE, Isabel. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Santa Maria**, v. 32, n. 01, p. 21-40, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/BEM%20VINDO/Downloads/658-2340-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/BEM%20VINDO/Downloads/658-2340-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

KLEIMAM, Angela B. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de letras, 1995.

LIMA, Elieuzza Aparecida de, et al. O pedagogo na educação infantil: organização do currículo e do trabalho educativo em uma perspectiva de humanização. In **PARANÁ. Orientações pedagógicas da educação infantil: estudos e reflexões para organização do trabalho pedagógico.** 2. ed. - Curitiba : SEED/PR., 2015, p. 25-38

SOARES, Magda; BATISTA, Augusto Gomes. **Alfabetização e letramento**: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. Por uma alfabetização até os oito anos de idade. Documento Todos pela Educação. **De Olho nas Metas**, 2010 - Meta 2. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/artigo_alfabetizacao.pdf> . Acesso em: 21 out. 2017.

TULESKI, Silvana Calvo, et al. A Educação Infantil enquanto espaço de formação social da mente: alguns princípios para o desenvolvimento na primeira infância. In PARANÁ. **Orientações pedagógicas da educação infantil**: estudos e reflexões para organização do trabalho pedagógico. 2. ed. - Curitiba : SEED/PR., 2015, p. 39-50

VIGOTSKI, Lev S. **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, Lev. S. ; LURIA, Alexander R. ; LEONTIEV, Alexei N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

VIGOTSKI, Lev S. **Pensamento e linguagem**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/vigo.html>>. Acesso em 21 out. 2017.